



PF

GTED/SR/PF/AP

**ANEXO III – Termo de
Justificativas Técnicas Relevantes**

Projeto Básico e Executivo da Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque/AP

**TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES PARA CONTRATAÇÃO
PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL
OIAPOQUE/AP**



SUMÁRIO

1. NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO	3
2. REGIME DE EXECUÇÃO	3
3. POSSIBILIDADE DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PELA CONTRATADA.....	4
4. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.....	5
5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	5
5.1. <i>Capacidade Técnico-Operacional</i>	<i>5</i>
5.2. <i>Capacidade Técnico-Profissional</i>	<i>6</i>
6. OBRIGATORIEDADE (OU FACULTATIVIDADE) DE VISTORIA	7
7. SUBCONTRATAÇÃO	7
8. SUSTENTABILIDADE.....	7



PF

GTED/SR/PF/AP

ANEXO III – Termo de Justificativas Técnicas Relevantes

Projeto Básico e Executivo da Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque/AP

1. NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

Por se tratar de contratação de execução de projetos executivos de engenharia, que contempla desde a etapa inicial de estudos preliminares e anteprojeto até a confecção de todos os projetos executivos, cronograma e planilha estimativa de preço, entende-se que o parcelamento gera conflitos de compatibilização entre as várias disciplinas e dificuldade na responsabilização de eventuais ocorrências. Além de dificultar o gerenciamento para a harmonização dos mesmos.

Visando ainda a economicidade, com a redução dos custos indiretos oriundos das contratações em separado (administração da obra, processos licitatórios), e a eficiência, com a fiscalização otimizada em apenas um processo, o não parcelamento se mostra vantajoso.

2. REGIME DE EXECUÇÃO

Conforme explicitado nos comentários do modelo de projeto básico da AGU, quanto ao regime de execução, o mesmo deve ser feito pelo gestor:

Acerca da escolha do regime de execução, o Tribunal de Contas da União orienta que:

a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;

Porém, com o intuito de subsidiar o gestor, recomenda-se a adoção do regime de execução – Empreitada por Preço Global. A escolha desse regime foi baseada nas orientações do Tribunal de Contas da União, contidas no Acórdão nº 1977/2013, trecho abaixo transcrito:



PF

GTED/SR/PF/AP

ANEXO III – Termo de Justificativas Técnicas Relevantes

Projeto Básico e Executivo da Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque/AP

“a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras.

Além disto apesar da Lei nº 8.666, de 1993 citar no inciso II do art. 6º que classifica demolição como um serviço, entendo como muito simples está denominação. A edificação a ser demolida se encontra cercada de outras construções que estão em funcionamento, desta forma não se trata simplesmente em derrubar paredes e limpar a área. Se faz necessário planejamento, procedimentos específicos além de atendimento à legislação (alvarás, licenças, laudos, e etc.), além de ser executada por profissional corretamente habilitado.

Desta forma a demolição constante na presente contratação não se trata de serviço comum, mas de uma obra de engenharia.

3. POSSIBILIDADE DE ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PELA CONTRATADA

Faz parte do escopo do contrato a elaboração dos projetos executivos pela empresa contratada, conforme consta no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas. Tais projetos deverão ser entregues à fiscalização para aprovação final.



PF

GTED/SR/PF/AP

ANEXO III – Termo de Justificativas Técnicas Relevantes

Projeto Básico e Executivo da Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque/AP

4. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

No que tange a técnica de execução do objeto a ser contratado não será admitida a participação de sociedades cooperativas, pois os serviços envolvidos são usualmente realizados no mercado por empresas de engenharia, existindo, na execução dos serviços, a necessidade de subordinação jurídica dos profissionais com a pessoa jurídica contratada, pessoalidade e habitualidade.

Quanto ao aspecto jurídico da contratação, não cabe a área técnica de engenharia opinar por se tratar de matéria de cunho jurídico a qual não tenho formação e ou competência para exprimir opinião fundamentada.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

As parcelas de maior relevância são:

5.1. Capacidade Técnico-Operacional

- Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:
 - Comprovar que já elaborou projeto de arquitetura;
 - Comprovar que já realizou projeto estrutural e de fundações;



- Comprovar que já realizou projeto de instalações elétricas, incluindo subestação.
- Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão possuir as seguintes características, prazos e quantidades:
 - Em relação ao projeto de arquitetura, deverá apresentar área mínima de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados).
 - Em relação aos projetos estruturais, fundações e elétricas, não há quantitativo mínimo exigido.
 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

5.2. Capacidade Técnico-Profissional

- Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:
 - Para o Engenheiro Civil, elaboração de projeto estrutural e de fundações;
 - Para o Engenheiro Eletricista, elaboração de projeto de instalações elétricas, incluindo subestação;
 - Para o Arquiteto e Urbanista, elaboração de projeto arquitetônico.
- Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins desta contratação, o



PF

GTED/SR/PF/AP

ANEXO III – Termo de Justificativas Técnicas Relevantes

Projeto Básico e Executivo da Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque/AP

sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

6. OBRIGATORIEDADE (OU FACULTATIVIDADE) DE VISTORIA

A vistoria ao local onde serão cumpridas as obrigações, objeto da licitação, é facultativa, observando os regramentos previstos no Edital, sendo de total responsabilidade da empresa contratada eventuais erros no dimensionamento da proposta pela não realização da vistoria.

Caso a empresa licitante opte pela realização da vistoria, não se faz necessário a presença do engenheiro responsável pela obra, conforme Acórdão nº 3.040/2011-Plenário. O atestado de vistoria será expedido e assinado pelo responsável designado pelo órgão.

7. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. SUSTENTABILIDADE

Em observância a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro 2010, os projetos consideraram o uso de materiais e equipamentos que irão reduzir o impacto ambiental, tais como:

- Utilização de equipamentos de climatização mecânica com baixo consumo de energia, e serão instalados em ambientes realmente indispensáveis;
- Utilização de lâmpadas de LED e fluorescentes com alto rendimento e eficiência, e de baixo consumo de energia;
- Utilização de materiais recicláveis e/ou biodegradáveis, reduzindo a necessidade de manutenção;



PF

GTED/SR/PF/AP

ANEXO III – Termo de Justificativas Técnicas Relevantes

Projeto Básico e Executivo da Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque/AP

- Observância ao gerenciamento de resíduos à serem gerados, conforme determina a Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.